

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO: UMA REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

Daniele de OLIVEIRA¹(CEIVA)

RESUMO: O objetivo central deste artigo é fazer uma reflexão sobre a noção de formação discursiva. Para tanto, partir-se-á da noção fundadora proposta por Foucault, à qual Pêcheux acrescentou o elemento ideológico, até chegarmos à concepção tal qual a encontramos atualmente na literatura especializada. Refletir-se-á também sobre como se dá a produção de sentidos em uma crônica opinativa política, o que nos remeterá à questão da construção do sujeito em tal discurso.

ABSTRACT: The central purpose of this article is to realize a reflection about the notion of discourse formation. For this, we'll begin from the founder notion proposed by Foucault, to which Pêcheux added the ideological element, until arrive at the conception as we find actually on specialized literature. Also, we'll reflect about the way how occurs the production of sense in an opinionated chronicle about politics, which will remit us to the question of construction of the subject in that kind of speech.

1- Introdução

A primeira afirmação que deve ser feita em um trabalho que se propõe a investigar como ocorre a construção do sentido nas trocas comunicacionais é: o sentido não existe em si mesmo. É importante ressaltar que as palavras adquirem sentido no ato da troca comunicacional, e que esse sentido vai ser determinado pela posição social daqueles que as empregam. O sentido “*é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas*” (ORLANDI, 2003:42).

Além disso, se pensarmos que todo discurso se relaciona a outro(s) discurso(s), conseqüentemente, pode-se afirmar que todo sentido também se relaciona com outro(s) sentido(s). Assim, os sentidos resultam de relações entre discursos que os sustentam, assim como apontam para dizeres futuros.

O sentido resulta ainda da relação das palavras e dos textos com a exterioridade, ou seja, a produção de sentido não depende exclusivamente da intenção do sujeito falante. Pode-se dizer, então, que os dizeres são efeitos de sentido, são mensagens a serem decodificadas. Dessa forma, o sentido não só é proveniente do que é dito em determinado lugar, mas também do que o foi em outros lugares, do que não foi dito e ainda do que poderia ser dito mas não foi.

O sentido dependerá também do efeito que o sujeito pensa produzir em seu interlocutor. Ao sujeito é dada a capacidade de colocar-se no lugar de seu interlocutor, para que com isso, se antecipe a ele, o interlocutor, no que se refere ao sentido que suas palavras produzem.

Chegamos, portanto, à noção de *formação imaginária*, pois é o que regula todos esses mecanismos de funcionamento do discurso. De fato, são as imagens resultantes de projeções dos sujeitos físicos e de seus lugares empíricos que permitirão passar dos lugares dos sujeitos para suas posições no discurso.

De acordo com Orlandi (2003:40) “temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?)”

São, portanto, as imagens que vão constituir as diferentes posições discursivas. O que nos remete à noção de contrato comunicacional proposta por Charaudeau (1989). Para ele há

un cadre intersubjectif dans lequel se construit le sens en relation avec les intentions et intérêts réciproques des partenaires de l'échange conversationnel; mas ce cadre englobe toutes les formes du comportement, car c'est la réalité sociale qui fonde les activités des partenaires sociaux.² (CHARAUDEAU, 1989:04) (grifos do autor)

¹ Mestre em Lingüística pela PUC/MINAS, Coordenadora e professora do curso de Letras do CEIVA (Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco). E-mail: danielleoliveira@yahoo.com

² Um quadro *intersubjetivo* no qual se constrói o sentido relacionado com as intenções e interesses recíprocos dos parceiros da troca conversacional; mas este quadro engloba todas as formas do comportamento, porque é a *realidade social* que fundamenta as atividades dos parceiros sociais. (tradução livre)

Dessa forma, são as relações entre os parceiros das trocas conversacionais que originam a construção de sentidos. E é a realidade social de cada um deles que embasará tais trocas conversacionais. De acordo com Charaudeau (1989), a noção de contrato de comunicação é dupla, uma vez que é simultaneamente situacional e comunicacional.

O nível situacional se refere a um contrato de troca e se define pelas dificuldades e por uma ou mais finalidade interacional que procura responder questões tais como: estamos aqui para dizer o que, para trocar o que? Para interpretar qual papel social em função de quais dificuldades? Ao passo que o nível comunicacional se refere a um contrato de fala que se define pela maneira como deve se desenvolver a troca linguageira: como devemos falar aqui? qual papel linguageiro devemos interpretar?

Então temos duas visões, por um lado o contrato de comunicação depende do espaço externo do ato de linguagem, espaço no qual se instituem identidades e estatutos dos parceiros, que dependem, para sua pertinência da finalidade do ato de comunicação. Por outro lado, o mesmo contrato depende também do que se constrói no espaço interno do ato de linguagem, dos comportamentos linguageiros esperados e engendrados em função da finalidade do ato de comunicação definida no quadro situacional, que é composto por um saber, um conhecimento, que compreende o reconhecimento dos lugares e das ligações que unem os parceiros, tanto do ponto de vista externo-situacional, quanto do ponto de vista interno-comunicacional.

Sendo assim, pode-se dizer que é neste quadro situacional que ocorre a construção da identidade do sujeito. De fato, o sujeito do ato de linguagem é um ator social, pois trata-se de um ser comunicante envolvido em uma troca linguageira, e ainda é um ser comunicante porque é um ator social que participa em um contrato de comunicação.

O processo de significação do discurso vai resultar, então, da constituição das suas condições de produção. E as condições de produção compreendem basicamente os sujeitos, a situação e a memória.

Em sentido estrito as condições de produção se referem ao contexto imediato e de forma mais ampla, incluem também, o contexto sócio-histórico e ideológico. Já a memória discursiva, ou interdiscurso, é o saber discursivo que fundamenta o dizer atual. Nas palavras de Orlandi (2003:31) “*O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.*”

Então, percebe-se que as palavras não têm um sentido único e imutável, além disso, elas não pertencem a nenhum sujeito em particular. Na realidade, o sujeito não tem controle sobre a forma como os sentidos se constituem em seu discurso, em suas palavras.

O pré-construído³, o já-dito se relaciona com o discurso que é dito agora, ou seja, a constituição do sentido (memória) se relaciona com a sua formulação (atualidade).

O interdiscurso constitui-se das formulações feitas e já esquecidas pelo sujeito. É a memória afetada pelo esquecimento que determina o sentido do que dizemos.

Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI, 2003) aponta duas formas de esquecimento no discurso, o esquecimento número dois e o esquecimento número um.

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.”

“o esquecimento número um também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia

O esquecimento número dois é o chamado esquecimento enunciativo, o que dá significado à sintaxe. Portanto a maneira de dizer está relacionada aos sentidos. E o esquecimento número um é o que produz no falante a impressão de ser a origem do que foi dito. O que não é verdade, uma vez que os discursos já estavam em processos antes mesmo de cada falante nascer. O falante é que se insere nessa rede de construção de sentidos.

Mas mesmo não sendo a origem do discurso, o falante imprime sua singularidade no que diz. Por isso pode-se dizer que o esquecimento é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos.

E se o discurso é ideologicamente determinado, como já foi dito, remetemo-nos, agora, à noção de *formação discursiva*, que é a base para a compreensão do processo de construção dos sentidos, sua relação com a ideologia e permite, ainda, estabelecer regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI,

³ “O pré-construído pode ser entendido como a marca, no enunciado, de um discurso anterior; portanto, ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004: 401)

2003:43). Enfatizando um pouco melhor, a noção de *formação discursiva* é fundamental na Análise do Discurso, ainda que seja instável devido à sua dupla origem.

2- A formação discursiva: origens

A noção de *formação discursiva* foi introduzida por Foucault (2005:43, sendo que a edição original data de 1969):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão⁴, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dizemos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (grifo do autor)

Na obra *Arqueologia do saber* (2005), Foucault levanta quatro hipóteses com o intuito de decifrar as relações que podem ser descritas entre determinado número de enunciados, e que o conduzem a formular a primeira definição de *formação discursiva*:

- primeira hipótese: “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto”, no entanto, “definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles – em outras palavras, formular sua lei de repartição”;
- segunda hipótese: “para definir um grupo de relações entre enunciados: sua forma e seu tipo de encadeamento”(…) “seria preciso caracterizar e individualizar coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos: o sistema que rege sua repartição, como se apóiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição.”;
- terceira hipótese: a possibilidade de se “estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo”, ou seja, “não buscaríamos mais, então, uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e introduzi-los no mesmo edifício dedutivo; tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão”;
- quarta hipótese: “para reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas”, ou ainda, “mais do que buscar a permanência dos temas, mais do que retrair a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas?”.

A partir daí, pode-se então dizer, que uma *formação discursiva* relaciona um sistema de dispersão, no qual será possível observar uma regularidade em relação aos objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. Estabelecendo assim, uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações. Dessa maneira, um enunciado faz parte de uma *formação discursiva* e também de um texto e os vários enunciados, apoiados numa mesma *formação discursiva*, constituirão um discurso.

Assim sendo, afirma-se uma vez mais, que o sujeito ao se materializar no discurso não é autônomo com relação ao que profere. Na verdade, são as posições deste sujeito, que se materializam no discurso. E estas posições de sujeito constituem-se pela situação que podem ocupar, de acordo com os diversos domínios ou grupos de objetos.

As características do lugar histórico-social do qual viemos sempre estão presentes nos discursos que produzimos. A posição de sujeito que ocupamos também é marcada por tais características. Sendo assim, pode-se afirmar que nossos discursos e nossas ações são marcados por determinadas *formações discursivas* que, por sua vez, são determinadas por papéis sociais.

⁴ Num tal sistema de dispersão a forma do enunciado constitui-se de acordo com o contexto histórico; nem a língua nem o sentido são capazes de esgotá-lo inteiramente.

De acordo com Foucault, as normas que organizam uma sociedade refletir-se-ão na constituição das *formações discursivas*, o que significa uma forma de poder. As relações de poder de uma determinada formação social são historicamente constituídas e cristalizadas ao longo do tempo. Dessa forma, “só há poder exercido uns sobre os outros; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidades que se apóia sobre as estruturas permanentes” (FOUCAULT, 1995).

O exposto até aqui, como conceito de *formação discursiva* na concepção de Foucault é reformulado por Pêcheux (1997:160):

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

A noção de *formação ideológica* é agregada à noção de *formação discursiva*, proposta por Foucault. A regularidade dos enunciados dispersos por ele apontada foi mantida. Mas agora acrescida do componente ideológico incorporado por Pêcheux. Portanto, a ideologia se inscreve na teoria do discurso por meio da *formação discursiva* e passa, então, a constituir tanto o conceito de discurso quanto o de sujeito.

Segundo Pêcheux (1997:161) “*uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhe seria ‘próprio’*”, na verdade é o seu “uso” que permite esta ou aquela interpretação, ou seja, é o “uso” que faz com que uma palavra ou enunciado “*queiram dizer o que realmente dizem*”. É, portanto, a associação das *formações ideológicas* aos elementos histórico e social que vão determinar as *formações discursivas*.

Então, pode-se dizer que as pessoas assumem papéis de sujeitos do discurso com base nas *formações discursivas* determinadas pelas *formações ideológicas* que lhes foram associadas.

Como já foi dito no início, palavras, expressões, proposições e também suas relações não possuem sentido único. Os sentidos são construídos no processo discursivo, em situações concretas de comunicação. Além disso, o sentido de uma palavra, expressão, proposição etc. é determinado pela *formação discursiva* na qual estão inseridas. Passar de uma *formação discursiva* a outra não implica, necessariamente, em mudar as palavras, expressões, proposições, assim como as relações envolvidas. Nas palavras de Pêcheux (1997): “A partir de então, a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímia, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”.

De acordo com Maingueneau (1997), as *formações discursivas* devem ser vistas sempre no interior de um espaço discursivo ou de um campo discursivo⁵. Dito de outra forma, elas sempre estão relacionadas com determinados campos do saber. A *formação discursiva* funciona, pois, como um “*princípio de dispersão e de repartição*” dos enunciados, e este princípio, por sua vez, determina o que pode e deve ser dito em determinado campo e, ainda, de acordo com a posição tomada nesse campo. A *formação discursiva* funciona, então, como “matriz de sentido”, ou seja, é a partir dela que o sentido é construído em dado discurso.

A realidade se caracteriza, principalmente, pelo fato de ser atravessada por lutas em torno da imposição de sentidos. As relações de sentido podem ser multiplicadas a partir dos “ditos” sobre determinado assunto. Multiplicar relações significa situar as “coisas ditas” em campos discursivos, extrair delas alguns enunciados e colocá-los em relação a outros, do mesmo campo ou de campos distintos.

Pode-se afirmar, portanto, que o discurso é o lugar onde vários discursos se multiplicam e, por conseguinte, é o lugar onde se multiplicam sujeitos. Em qualquer ato de fala individual, não nos deparamos apenas com a manifestação de um único sujeito, mas sim, com um lugar da sua dispersão e da sua descontinuidade, uma vez que o sujeito da linguagem não é a origem do sentido: ele fala e ao mesmo tempo é falado, pois, através dele outros ditos se dizem. Em todo discurso é possível perceber a pluralidade de vozes que o constitui e que se enfrentam. Nessa concepção, a voz do Outro é introduzida no discurso. Trata-se da teoria da polifonia discursiva, do diálogo, postulada por Bakhtin. De acordo com essa teoria há inúmeras vozes presentes num mesmo discurso, não apenas a de seu enunciador.

Essa tensão entre o Eu e o Outro nos discursos permite a Foucault, afastar desse espaço em que se relacionam sujeitos individuais e invadir o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão

⁵ “O ‘campo discursivo’ é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região.”; “O ‘espaço discursivo’ (...) delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.” (MAINGUENEAU, 1997:116-117)

do sujeito. Essa dispersão do sujeito relaciona-se diretamente à heterogeneidade discursiva. De fato, a cada enunciado falo e, ao mesmo tempo, sou falado. A cada fala me posiciono de maneira diferente, pois, ora falo de um lugar, ora de outro, e nesses lugares me situo, sendo falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade.

A *formação discursiva* é o espaço de dissensões e oposições múltiplas. É, pois, o espaço do interdiscurso. De acordo com Foucault os enunciados são constituídos de inúmeros outros enunciados que se complementam e, ao mesmo tempo, promovem a luta dos diferentes campos de saber.

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (...) Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. (FOUCAULT, 2005:112)

Considerar a interdiscursividade significa permitir o aparecimento de contradições, de diferenças e, também, dos apagamentos, dos esquecimentos. É deixar que a heterogeneidade constitutiva de todo discurso, aflore de seu interior. Maingueneau vai ainda mais longe, ao afirmar o primado do interdiscurso sobre o discurso, pois, segundo ele, são as trocas entre vários discursos que constituem a unidade a ser analisada.

Diante dessas afirmações, enfatiza-se, mais uma vez, as idéias de Foucault, de que, os sujeitos são efeitos de discursos, e esses efeitos são produzidos no interior de inúmeras e bem concretas relações institucionais, sociais e econômicas. E, ainda, o sujeito é constituído por práticas reais, historicamente analisáveis.

A modificação ou “atualização” dos enunciados implica, necessariamente, a existência de uma memória, de um conjunto de já-ditos. Sendo assim, todo enunciado constitui-se de informações já enunciadas em outro momento. Em outras palavras, o passado é atualizado nos acontecimentos discursivos do presente.

3- A formação discursiva na atualidade

Atualmente, na literatura especializada, encontra-se novas concepções para a noção de *formação discursiva*, ainda que, em todas elas, seja possível perceber a presença das noções fundadoras propostas por Foucault e Pêcheux.

De acordo com Fiorin (2001:32) a *formação discursiva* “é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”. E vai além, para ele a *formação discursiva* é repassada ao longo do processo de aprendizagem lingüística, o que permite ao homem construir seus discursos. Dessa forma, pode-se afirmar que o discurso é antes o lugar da reprodução que o da criação. É importante ressaltar também, que Fiorin associa a cada *formação discursiva* uma *formação ideológica*, que é “a visão de mundo de uma determinada classe social” (2001:32). Essas duas noções são associadas, pois, as idéias não podem ser expressas fora dos quadros da linguagem, entendendo linguagem como instrumento de comunicação, tanto verbal quanto não-verbal.

A linguagem é um fenômeno extremamente complexo, razão pela qual sofre determinações sociais e, ao mesmo tempo, goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais.

Entende-se por ideologia “uma ‘visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social.” (FIORIN, 2001:29)

A ideologia é, ao mesmo tempo, constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não se trata de idéias vindas do nada ou de mentes privilegiadas em alguma sociedade. O que permite afirmar que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico. Dito de outra forma, é o modo de produção que determina as idéias e os comportamentos dos homens e não o contrário.

As visões de mundo, por sua vez, não se desvinculam da linguagem, porque se a ideologia é algo inerente à realidade é, portanto, também indissociável da linguagem. Há, pois, que se ressaltar que não há identidade entre linguagem e pensamento. Na verdade, eles são indissociáveis. E em função dessa indissociabilidade, pode-se dizer que o discurso materializa as representações ideológicas. Consequentemente, as *formações ideológicas* só se materializam nas *formações discursivas*.

Como todas as evidências, incluídas as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’, ou ‘tenha uma significação’ (logo, incluídas as evidências da ‘transparência’ da linguagem), essa evidência de que você e eu somos sujeitos – e que isso não é um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1970:30 apud CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004:267-268)

Sendo assim, para Althusser a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, relação que se concretiza em aparelhos e práticas. Ou, ainda, a ideologia está ligada ao inconsciente por meio da interpelação dos indivíduos em Sujeitos.

Retomando as noções contemporâneas de *formação discursiva*, depois dessa pequena intervenção sobre o conceito de ideologia, cita-se Maingueneau:

O conceito de formação discursiva (...) designa todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscritos; ao falar de formação discursiva consideramos que ‘para uma sociedade, uma posição e um momento definidos apenas uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade (MAINGUENEAU, 1984:05 apud MAINGUENEAU, 2000:68-69)’

A partir da afirmação de Maingueneau percebe-se que a noção de *formação discursiva* proposta por Foucault e depois acrescida do elemento ideológico por Pêcheux ainda se mantém atual. De fato, a *formação discursiva* é vista por Maingueneau como um sistema de regras que funda a unidade de determinado conjunto de enunciados, além de ser o reflexo da identidade do sujeito falante.

Hugo Mari (2005) elabora uma “Síntese global da noção de FD na AD”, na qual aponta três aproximações (paráfrase – polissemia – tensão entre paráfrase e polissemia) constitutivas da definição de *formação discursiva*:

- Na primeira aproximação as FD’s são predominantemente homogêneas (estáveis) e polarizadas sobre lexemas de conteúdo ideológico imediato, ou seja, é a reprodução de sentidos ideológicos através da paráfrase.
- Na segunda aproximação as FD’s são predominantemente heterogêneas (instáveis) e atravessadas por discursos de outras FD’s, ou seja, é a contradição de sentidos ideológicos engendrados a partir da polissemia.
- E na terceira aproximação as FD’s são configurações dos discursos “cristalizados” (provisoriamente/historicamente) no interdiscurso, ou seja, é a tensão constitutiva entre os processos parafrásticos e os processos polissêmicos.

Explicitando os dois tipos de funcionamento que são envolvidos pela noção de *formação discursiva*, tem-se que a paráfrase constitui determinada *formação discursiva*, ou seja, nesta última os enunciados são constantemente reformulados, com o objetivo de preservar sua identidade. E a polissemia é que vai permitir o entrecruzamento entre diferentes *formações discursivas*. É a polissemia que vai instalar a pluralidade, multiplicidade de sentidos em um conjunto de enunciados.

O processo de funcionamento da linguagem decorre da tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. A paráfrase representa a memória, são novas formulações para o mesmo dizer. Já na polissemia ocorre, justamente, uma ruptura de processos de significação. Pode-se afirmar então, que todo discurso é construído a partir da tensão entre o mesmo e o diferente. Entre a paráfrase e a polissemia. E é nesta tensão que os sujeitos se constroem, que eles são significados.

O sujeito se constitui, se significa por meio de sua inscrição em determinada *formação discursiva*, o que ocorre por uma interpelação ideológica. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” (ORLANDI, 2003:46) Dito de outra forma, a ideologia é a base para a construção de sujeitos e sentidos.

O sujeito, que é afetado pela língua, relacionado à história, é quem vai determinar o sentido. Não há discurso sem sujeito e, tampouco, sujeito sem ideologia.

Assim pensada, a ideologia nos remete à interpretação, que é embasada tanto pela memória institucionalizada (o arquivo), quanto pela memória constitutiva (o interdiscurso). No entanto, é importante frisar que a interpretação ocorre entre o arquivo e o interdiscurso.

“Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido.” (ORLANDI, 2003:48), ou seja, é ela, a ideologia, que permite a existência de sujeitos e estes, por sua vez, produzem a discursividade.

Há que se lembrar ainda, que o sujeito discursivo é, na verdade, uma posição. Para ser sujeito do que diz o indivíduo deve ocupar determinada posição, mesmo que não tenha acesso, consciente, é claro, ao interdiscurso que o constitui.

4- A construção do sentido na crônica *Sortilégio* de Luis Fernando Veríssimo⁶

Para Charaudeau (2001), a palavra é determinada pelo fato de proceder de alguém e se dirigir a alguém, ou seja, seu sentido é construído pelo sujeito comunicante “eu”, de acordo com a idéia que este tem sobre o sujeito interpretante “tu”. Dito de outra forma, a palavra é a ligação entre o “eu” e o “tu” e vai depender também do “aqui” e do “agora”, ou seja, vai depender também do lugar e do momento em que é proferida.

A crônica *Sortilégio*, de Luis Fernando Veríssimo, foi publicada em 19 de outubro de 2006 no jornal Zero Hora. Veríssimo é um colunista do referido jornal, ou seja, é alguém que emite sua opinião sobre os acontecimentos recentes, tanto nacionais quanto internacionais.

Na crônica *Sortilégio a formação discursiva* escolhida pelo autor pertence ao campo da política, o que pode ser confirmado pela escolha lexical feita por ele. Nela encontramos expressões tais como: poder impositivo, ditadura, transições, política, democracia, ortodoxia, pesquisas de voto, denúncias; que associadas a nomes de pessoas que ocuparam/ocupam a cadeira de Presidente do Brasil, a saber: Juscelino, Dutra, Getúlio, Jânio, Jango, Sarney, Collor, Fernando Henrique, Lula; permite afirmar que trata-se de uma crônica cuja temática é a política. No entanto, é importante ressaltar que essas expressões não pertencem exclusivamente ao campo da política. Todas elas podem adquirir novo sentido se incorporadas a outras *formações discursivas* diferentes.

A construção do sujeito “colunista de opinião” ocorre pela já mencionada seleção lexical e também pela estrutura textual escolhida como suporte para a crítica que é feita ao atual governo brasileiro. Veríssimo faz uma breve retomada da história política do Brasil nas últimas décadas. Nessa retomada, a cada presidente citado são atribuídas apenas suas principais características. Portanto, pode-se dizer que o “eu” constrói seu discurso tendo em vista a idéia que tem do “tu”. De fato, neste texto o autor conta com os conhecimentos do leitor sobre política nacional para que sejam preenchidas as lacunas deixadas. Nesse caso é permitido ao autor tal liberdade, pois, seu interlocutor é o público leitor do suporte jornal que se interessa por política.

O tema política vem sempre permeado de ideologia, seja ela qual for. E não é diferente com a crônica escolhida para esta breve análise. Nela, o autor recorre à memória discursiva, resgatada por meio do senso comum pré-construído e pela história, para concluir que a personalidade do nosso presidente, acima de tudo, inclusive de *“denúncias feitas ao seu governo e do massacre da grande imprensa”*, seria⁷ fator decisivo no segundo turno das eleições presidenciais de 2006. Nesse texto, pode-se observar uma crítica ao atual governo. Além da constatação de que ele será legitimado pela população, por meio do voto, no seu último enunciado *“Lula também não é nem maluco nem totalitário, graças ao nosso amigo Deus, mas uma democracia ‘normal’ vai ser mais uma vez adiada.”*

Para chegar a essa crítica, Veríssimo faz, como já foi dito, uma breve retomada da história política nacional. Nessa retomada, ele deixa claro que sempre a personalidade do presidente se impõe às suas atitudes, e cita como exemplo maior de tal sortilégio o ex-presidente Getúlio Vargas. Veríssimo denomina esse fenômeno como “ditadura da personalidade”, o que gera um paradoxo já que o tema central da crônica são as eleições 2006, um dos maiores símbolos da democracia.

⁶ Sugere-se a leitura prévia da crônica para que a compreensão da mesma não seja contaminada pela interpretação da analista.

⁷ Faz-se necessário ressaltar que a crônica foi publicada em 19 de outubro de 2006, portanto antes do segundo turno das eleições presidenciais, que ocorreu em 29 de outubro de 2006.

5- Conclusão

Finalmente, conclui-se que, a *formação discursiva* trata-se de elemento fundamental na construção do sentido de determinado texto. O sujeito comunicante vai lançar mão em seu discurso da *formação discursiva* que julgar mais adequada para transmitir sua mensagem. No entanto, há que se ressaltar, mais uma vez, que as palavras não pertencem a nenhuma *formação discursiva* com exclusividade.

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1997:160) (grifos do autor)

O sentido será então construído à medida em que ocorre a construção do texto, do discurso, e será resultado tanto da *formação discursiva* escolhida pelo sujeito quanto de seus esquecimentos.

6- Referências bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Roles sociaux et roles langagiers. In: **Connexions**, nº 53, Paris, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H., MACHADO, I. L., MELLO, R. (orgs.) **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MARI, Hugo. **Síntese global da noção de FD na AD**. Belo Horizonte: PUC/MINAS, 2005. Mimeografado.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1997.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Sortilégio. **Zero Hora**, Rio Grande do Sul, 19 out. 2006.

Sortilégio 19/10/06

Há tempos, escrevi que vivíamos num vaivém entre duas formas de poder impositivo, a ditadura institucionalizada e a ditadura da personalidade. Só Dutra, Sarney e Itamar, não por acaso três homens com pouco carisma que foram mais transições do que presidentes, escaparam da síndrome. O governo Juscelino foi "normal" só na fachada, já que poucas vezes uma personalidade determinou a política de uma era como a dele, mesmo respeitando as formalidades democráticas. A síndrome vem de longe. Depois do Estado Novo e da transição Dutra, da breve volta ao salvacionismo com Getúlio e dos anos com a grife JK, veio Jânio, uma espécie de apoteose burlesca da personalização do poder. Depois da renúncia de Jânio, da frustração com Jango, de 20 anos de governo militar e poder despersonalizado e da transição Sarney, Collor, para mostrar que a nação não aprendera com Jânio a desconfiar dos homens providenciais. Na origem dessa interminável alternância entre duas formas de poder excepcional, sem cara ou com cara demais, estava uma descrença nacional com as regras de uma democracia comum e o valor da ortodoxia para mudar o país. Só acreditávamos em ruptura das regras e exceções da ortodoxia. Nossas únicas opções para que as coisas melhorassem eram os ditadores ou os malucos. E só a proteção de um Deus que, se não é brasileiro, é simpatizante, nos poupou de alguém que acumulasse as duas condições.

Escrevi isso durante o governo Fernando Henrique, que na minha opinião significava uma volta à ditadura da personalidade. Ele não era um maluco nem um discricionário, mas a soma dos seus atributos pessoais - que incluíam desde a simpatia e a boa estampa até a inibição que sua biografia impunha aos críticos - lhe dava um poder que só podia ser chamado de exceção. A indulgência da imprensa e do público que o reelegeu se explica pelo fascínio da personalidade. O que seria um presidente realmente moderno, símbolo de uma maturidade política finalmente alcançada, na verdade fazia parte da nossa velha alternância entre o poder autoritário e o poder como sortilégio.

Mal sabia eu que o que viria depois seria um exemplo ainda mais claro dessa constante. Lula continuar liderando as pesquisas de voto apesar de todas as denúncias feitas ao seu governo e do massacre da grande imprensa mostra que a sua personalidade se impõe a tudo. Nunca, desde, quem sabe, Getúlio, houve um sortilégio maior. Lula também não é nem maluco nem totalitário, graças ao nosso amigo Deus, mas uma democracia "normal" vai ser mais uma vez adiada.